

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	475.780
Preferenciais	0
Total	475.780
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/12/2017	Ordinária		0,00822

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.634.860	1.392.275	1.316.853
1.01	Ativo Circulante	188.536	88.332	123.032
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	112.579	10.197	52.661
1.01.02	Aplicações Financeiras	57.503	59.549	49.666
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57.503	59.549	49.666
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	57.503	59.549	49.666
1.01.03	Contas a Receber	16.295	16.431	16.143
1.01.03.01	Clientes	16.295	16.431	16.143
1.01.03.01.01	Clientes	16.295	16.431	16.143
1.01.06	Tributos a Recuperar	17	65	2.510
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17	65	2.510
1.01.07	Despesas Antecipadas	655	781	887
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.487	1.309	1.165
1.01.08.03	Outros	1.487	1.309	1.165
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.464	1.294	1.063
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	23	15	102
1.02	Ativo Não Circulante	1.446.324	1.303.943	1.193.821
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.051	24.192	17.446
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	26.051	24.192	17.446
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	26.051	24.192	17.446
1.02.03	Imobilizado	13.716	15.578	19.715
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.716	15.578	19.715
1.02.04	Intangível	1.406.557	1.264.173	1.156.660
1.02.04.01	Intangíveis	1.406.557	1.264.173	1.156.660

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.634.860	1.392.275	1.316.853
2.01	Passivo Circulante	164.099	168.855	123.460
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.902	3.469	3.044
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.902	3.469	3.044
2.01.02	Fornecedores	12.997	6.650	5.616
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.997	6.650	5.616
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.638	3.986	2.787
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.638	3.986	2.787
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.638	3.986	2.787
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	107.947	94.664	85.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.597	34.384	38.362
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.597	34.384	38.362
2.01.04.02	Debêntures	73.350	60.280	47.500
2.01.05	Outras Obrigações	15.946	47.991	18.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.990	38.193	15.123
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.249	37.403	15.025
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.741	790	98
2.01.05.02	Outros	9.956	9.798	2.908
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.074	7.101	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	412	380	360
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	470	2.317	2.548
2.01.06	Provisões	17.669	12.095	8.120
2.01.06.02	Outras Provisões	17.669	12.095	8.120
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.471	835	0
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	9.517	4.579	1.439
2.02	Passivo Não Circulante	915.789	724.976	747.792
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	744.763	564.490	602.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	117.012	147.932	176.285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.01.02	Debêntures	627.751	416.558	426.541
2.02.02	Outras Obrigações	139.934	127.907	111.473
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	133.627	122.037	108.065
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	122.037	108.065
2.02.02.02	Outros	6.307	5.870	3.408
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	6.307	5.870	3.408
2.02.03	Tributos Diferidos	11.305	11.998	13.186
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.305	11.998	13.186
2.02.04	Provisões	19.787	20.581	20.307
2.02.04.02	Outras Provisões	19.787	20.581	20.307
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	16.979	18.346	18.513
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	2.808	2.235	1.794
2.03	Patrimônio Líquido	554.972	498.444	445.601
2.03.01	Capital Social Realizado	475.780	428.139	350.000
2.03.01.01	Subscrito	475.780	428.139	350.000
2.03.02	Reservas de Capital	480	447	34.384
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	34.000
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	480	447	384
2.03.04	Reservas de Lucros	78.712	69.858	66.233
2.03.04.01	Reserva Legal	7.124	5.416	4.560
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	21.787	7.908	0
2.03.04.10	Orçamento de capital	49.801	56.534	61.673
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-5.016

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	460.486	360.906	393.539
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-319.549	-214.594	-269.685
3.03	Resultado Bruto	140.937	146.312	123.854
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.562	-19.102	-22.327
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.561	-19.115	-22.335
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13	8
3.04.04.01	Outras receitas, líquidas	0	13	8
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.375	127.210	101.527
3.06	Resultado Financeiro	-75.348	-97.715	-110.307
3.06.01	Receitas Financeiras	16.302	14.263	14.540
3.06.02	Despesas Financeiras	-91.650	-111.978	-124.847
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.027	29.495	-8.780
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.856	-7.361	3.764
3.08.01	Corrente	-12.549	-8.549	110
3.08.02	Diferido	693	1.188	3.654
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.171	22.134	-5.016
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.171	22.134	-5.016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07502	0,05170	-0,01433

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	34.171	22.134	-5.016
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.171	22.134	-5.016

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	144.564	184.678	128.515
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	189.291	171.082	157.852
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) Líquido	34.171	22.134	-5.016
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	52.437	31.954	40.465
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	1.238	578	44
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	71.846	91.515	108.843
6.01.01.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	798	318	-1.222
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	287	443	394
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	6.848	5.859	8.154
6.01.01.08	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	2.696	2.284	1.776
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	22	22	-1.061
6.01.01.10	Tributos diferidos	-693	-1.188	-3.654
6.01.01.11	Juros sobre contrato de mútuo	13.635	12.244	13.898
6.01.01.12	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-5.426	-5.138	-6.512
6.01.01.13	Plano de opções com base em ações	33	63	113
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	187	560	241
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-788	-2.322	-2.509
6.01.01.16	Capitalização de juros	-4.929	-815	-15
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	4.380	4.022	4.023
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.549	8.549	-110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.727	13.596	-29.337
6.01.02.01	Clientes	114	-310	1.109
6.01.02.02	Tributos a recuperar	48	2.445	-2.454
6.01.02.03	Despesas antecipadas	126	106	95
6.01.02.04	Outros créditos	-170	-231	1.034
6.01.02.05	Fornecedores	6.347	1.034	-10.659
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	433	425	-89
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.652	1.199	-332
6.01.02.08	Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	-512	-320	-959

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-1.410	2.231	-1.203
6.01.02.10	Partes relacionadas	-32.211	24.885	9.070
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-11.913	-7.714	-5.224
6.01.02.12	Pagamento dos Depósitos Judiciais	-1.258	-4.984	-12.021
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-5.973	-5.170	-7.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-189.268	-135.093	-146.359
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.537	-2.769	-2.173
6.02.02	Aquisição de intangível	-185.731	-132.324	-144.186
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	147.086	-92.049	-20.154
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	247.456	0	0
6.03.02	Aumento de capital	47.641	78.139	40.275
6.03.03	Pagamento de obrigações com o poder concedente	-4.348	-4.002	-4.022
6.03.04	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-63.372	-51.736	-40.382
6.03.05	Titulos e valores mobiliarios - vinculados	7.472	-4.745	11.805
6.03.06	Partes relacionadas - mútuo	-2.045	0	-2.085
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.703	-1.253	-1.752
6.03.08	Juros pagos	-62.374	-69.313	-57.993
6.03.09	Capitalização orçamento de capital	-14.641	-5.139	0
6.03.10	Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC	0	-34.000	34.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	102.382	-42.464	-37.998
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.197	52.661	90.659
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	112.579	10.197	52.661

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	47.641	33	-14.641	-10.676	0	22.357
5.04.01	Aumentos de Capital	47.641	0	-14.641	0	0	33.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	33	0	0	0	33
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.676	0	-10.676
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.171	0	34.171
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.171	0	34.171
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.495	-23.495	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.708	-1.708	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	21.787	-21.787	0	0
5.07	Saldos Finais	475.780	480	78.712	0	0	554.972

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	78.139	-33.937	-5.139	-8.354	0	30.709
5.04.01	Aumentos de Capital	39.000	0	0	0	0	39.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.354	0	-8.354
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.09	Orçamento de capital	5.139	0	-5.139	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.134	0	22.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.134	0	22.134
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.764	-8.764	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.908	-7.908	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	856	-856	0	0
5.07	Saldos Finais	428.139	447	69.858	0	0	498.444

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.275	34.113	0	0	0	74.388
5.04.01	Aumentos de Capital	40.275	0	0	0	0	40.275
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	113	0	0	0	113
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.000	0	0	0	34.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.016	0	-5.016
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.016	0	-5.016
5.07	Saldos Finais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	487.495	384.027	416.666
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	278.664	254.765	254.515
7.01.02	Outras Receitas	13.328	13.358	13.666
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	195.503	115.904	148.485
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-263.579	-178.332	-228.469
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-250.155	-164.487	-211.479
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.424	-13.845	-16.990
7.03	Valor Adicionado Bruto	223.916	205.695	188.197
7.04	Retenções	-52.437	-31.954	-40.465
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.437	-31.954	-40.465
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	171.479	173.741	147.732
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.302	14.263	14.540
7.06.02	Receitas Financeiras	16.302	14.263	14.540
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	187.781	188.004	162.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	187.781	188.004	162.272
7.08.01	Pessoal	23.087	21.012	21.461
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.701	14.940	15.797
7.08.01.02	Benefícios	5.406	5.161	4.716
7.08.01.03	F.G.T.S.	980	911	948
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.046	30.482	19.348
7.08.02.01	Federais	22.514	17.148	6.009
7.08.02.03	Municipais	14.532	13.334	13.339
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.477	114.376	126.479
7.08.03.01	Juros	55.365	56.417	61.717
7.08.03.02	Aluguéis	1.827	1.877	1.632
7.08.03.03	Outras	36.285	56.082	63.130
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.171	22.134	-5.016
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.676	8.354	0
7.08.04.02	Dividendos	21.787	7.908	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.708	5.872	-5.016

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, concessionária que administra o corredor rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo EcoRodovias.

Assim, ao longo dos mais de sete anos de administração, a concessionária vem alcançando resultados expressivos, tendo despontado como referência no setor. Reflexo disso, em 2016, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito a quarta melhor ligação rodoviária do País, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Também com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, está realizando a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que ligará esta com a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125).

Para alcançar esse resultado, a concessionária vem realizando uma série de melhorias no corredor rodoviário, com destaque para a implantação da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, sentido interior, entre o km 11 e o km 19, concluída no ano passado. A nova configuração proporcionou o aumento na capacidade de tráfego, proporcionando mais fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A concessionária ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece também à confiança dos seus acionistas diretos e indiretos, dos usuários, além de fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 83.173 mil em 2017, sendo 57.732 mil veículos de passeio e 25.442 mil veículos comerciais, crescimento de 3,1% no tráfego consolidado, influenciado pela retomada na produção industrial e aumento na renda das famílias. Em julho de 2017, a Ecopistas obteve reajuste contratual de 3,6% pelo IPCA.

Relatório da Administração

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$487,5 milhões em 2017, crescimento de 26,9%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$27,0 milhões, crescimento de 16,8%.

Receita de Pedágio – atingiu R\$278,7 milhões, crescimento de 9,4%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho e aumento de tráfego;

Receita Acessória – em linha com 2016, proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – foi de R\$195,5 milhões, crescimento de 68,7%, devido às obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$460,5 milhões em 2017, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$265,0 milhões, crescimento de 8,2% comparado com o ano anterior.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram crescimento de 45,1% e totalizaram R\$339,1 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$84,3 milhões, crescimento de 5,4%. As variações observadas foram:

Pessoal: totalizou R\$23,1 milhões em 2017, aumento de 9,9% devido a readequação do quadro de funcionários e contingências trabalhistas;

Conservação e Manutenção: atingiu R\$7,2 milhões em 2017, em linha com 2016.

Serviços de terceiros: totalizou R\$40,2 milhões em 2017, 9,6% superior a 2016, devido à readequação do contrato nos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões e com terceiros;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$7,7 milhões em 2017, em linha com o exercício de 2016;

Depreciação e Amortização: R\$52,4 milhões em 2017, 64,1% superior a 2016, devido ao aumento da base de ativos durante o ano de 2017 em função das obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$6,8 milhões em 2017, aumento de 16,9% na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação do pavimento na concessionária, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Custo de construção de obras: R\$195,5 milhões em 2017, 68,7% superior a 2016, devido à obras de prolongamento na Rodovia Carvalho Pinto; e

Relatório da Administração

Outros: R\$6,1 milhões em 2017, redução de 17,6%, devido a aquisição de energia elétrica no mercado aberto.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$75,3 milhões, queda de 22,9% devido, principalmente, à redução do IPCA (indexador das debêntures) registrada no período.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2017, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$34,2 milhões, crescimento de 54,4% comparado com resultado de 2016, influenciado, principalmente, pela melhora do EBITDA e redução das despesas financeiras.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$170,1 milhões. A dívida bruta da Ecopistas (composta por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$852,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 87,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$412 mil.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$683,0 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 3,8x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas nas Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$200,2 milhões em 2017, sendo o principal investimento o prolongamento da Carvalho Pinto.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$130,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Relatório da Administração

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um

Notas Explicativas

	demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

g) Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$34.000) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”.

	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	(34.000)	34.000	-
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	(34.000)	(34.000)
	<u>(34.000)</u>	<u>-</u>	<u>(34.000)</u>

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização do Contratos de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 11,02% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	5.353	4.304
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	105.900	2.018
Aplicações compromissadas (b)	-	2.914
Aplicações automáticas (c)	1.326	961
	<u>112.579</u>	<u>10.197</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (100,7% em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remuneradas à taxa de 99,9% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geravam custos de IOF e eram realizadas quando havia necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui valores aplicados nesta modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários – vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo de Investimentos (a)	57.503	57.589
Poupança (b)	-	1.960
	57.503	59.549
Circulante	57.503	59.549

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.
- (b) Referia-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, a Companhia realizou a transferência do saldo total conforme acordo realizado com a CETESB.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	15.230	15.979
Receitas acessórias (b)	1.196	561
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(131)	(109)
	16.295	16.431

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	15.974	16.232
Vencidos:		
Até 30 dias	255	182
De 31 a 120 dias	66	17
Acima de 120 dias	131	109
	16.426	16.540

Notas Explicativas

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	109	87
Valores recuperados no exercício	(39)	(3)
Constituição de PECLD no exercício	61	25
	<u>131</u>	<u>109</u>

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	24.192	17.446
Adições	1.258	4.984
Baixas	(187)	(560)
Atualização monetária	788	2.322
Saldo no fim do exercício	<u>26.051</u>	<u>24.192</u>

As adições realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, referem-se aos depósitos complementares das 92 ações de desapropriação referente à obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até a Rodovia Oswaldo Cruz, decorrentes da obrigação contratual com o Poder Concedente.

Notas Explicativas

9. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017	
		Adições	Baixas	Transferências	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	
Hardwares	8,7	50.752	2.141	-	52.893	(41.876)	(4.486)	-	(46.362)	6.531	8.876		
Máquinas e equipamentos	10,0	1.641	638	-	2.279	(517)	(196)	-	(713)	1.566	1.124		
Móveis e utensílios	10,1	1.648	76	-	1.724	(812)	(170)	-	(982)	742	836		
Edificações	-	249	9	-	258	(51)	(4)	-	(55)	203	198		
Instalações	9,9	6.033	673	-	6.706	(1.713)	(628)	-	(2.341)	4.365	4.320		
Veículos	17,1	255	-	166	421	(31)	(72)	-	(112)	309	224		
		60.578	3.537	-	64.281	(45.000)	(5.556)	-	(9)	13.716	15.578		

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo					Depreciação					Residual	
		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016	
		Adições	Transferências	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Transf.
Hardwares	11,0	49.886	862	4	50.752	(36.335)	(5.541)	(41.876)	8.876	13.551			
Máquinas e equipamentos	12,1	960	681	-	1.641	(360)	(157)	(517)	1.124	600			
Móveis e utensílios	10,0	1.571	80	(3)	1.648	(651)	(161)	(812)	836	920			
Edificações	-	249	-	-	249	(51)	-	(51)	198	198			
Instalações	9,8	5.143	891	(1)	6.033	(1.167)	(546)	(1.713)	4.320	3.976			
Veículos	24,3	-	255	-	255	-	(31)	(31)	224	-			
Outros	-	470	-	(470)	-	-	-	-	-	470			
		58.279	2.769	(470)	60.578	(38.564)	(6.436)	(45.000)	15.578	19.715			

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

10. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual			
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf	Saldo em 31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
(i)	1.376.939	42.162	(1.172)	7.070	1.424.999	(152.191)	(46.688)	-	9	(198.870)	1.226.129	1.224.748
(ii)	38.880	148.094	(66)	(7.236)	179.672	-	-	-	-	-	179.672	38.880
(iii)	1.717	404	-	-	2.121	(1.172)	(193)	-	-	(1.365)	756	545
	1.417.536	190.660	(1.238)	(166)	1.606.792	(153.363)	(46.881)	-	9	(200.235)	1.406.557	1.264.173

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf	Saldo em 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
(i)	1.282.997	94.504	(571)	9	1.376.939	(126.825)	(25.366)	(152.191)	-	1.224.748	1.156.172	1.156.172
(ii)	-	38.426	(7)	461	38.880	-	-	-	-	38.880	-	-
(iii)	1.508	209	-	-	1.717	(1.020)	(152)	(1.172)	-	545	488	488
	1.284.505	133.139	(578)	470	1.417.536	(127.845)	(25.518)	(153.363)	-	1.264.173	1.156.660	1.156.660

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de dezembro de 2017 é de 3,33% a.a. (1,91% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

(iii) Os principais valores concentram-se no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$4.929 de encargos financeiros (R\$815 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	760	505	(310)	955	195
Provisão para férias e encargos de diretores	168	105	(4)	269	101
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	4	(2)	4	2
Provisão para manutenção	10.164	1.368	(154)	11.378	1.214
Juros capitalizados	(267)	(1.643)	-	(1.910)	(1.643)
AVP ônus Concessão	2.008	-	(280)	1.728	(280)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(24.833)	-	1.104	(23.729)	1.104
IR e CS diferido - (passivo) (i)	(11.998)	339	354	(11.305)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					693

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$11.337 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	1.410
2018	1.524	1.240
2019	1.250	1.035
2020	935	1.035
2021	935	1.035
A partir de 2022	(15.949)	(17.753)
	(11.305)	(11.998)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	46.027	29.495
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(15.649)	(10.028)
Juros sobre capital próprio	3.630	2.840
Despesas indedutíveis	(87)	(196)
Incentivos fiscais (PAT)	226	154
Outros	24	(131)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(11.856)	(7.361)
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(12.549)	(8.549)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	693	1.188
Taxa efetiva	25,8%	25,0%

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Finem - BNDES	16 de junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	120.526	148.819
Finem - BNDES	15 de julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	31.083	33.497
			151.609	182.316
Circulante			34.597	34.384
Não circulante			117.012	147.932

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	182.316	214.647
Encargos financeiros	16.679	21.836
Pagamento principal	(33.079)	(32.580)
Pagamento de juros	(14.307)	(21.587)
Saldo no fim do exercício	151.609	182.316

Garantia A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,92%
(ii) Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,21
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,78

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	62.653	114 mensais
b	85.528	85.528	47.216	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	11.789	114 mensais
e	21.769	21.769	5.442	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	2.375	114 mensais
k	29.846	22.438	4.723	114 mensais
l	9.169	9.169	1.834	10 anuais
Total	355.396	277.384	136.032	

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	32.568
2019	33.157	32.739
2020	33.168	32.745
2021	22.207	21.898
A partir de 2022	28.480	27.982
	<u>117.012</u>	<u>147.932</u>

13. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	682.569	460.190
Remuneração (juros)	24.871	22.090
Custos com emissão de debêntures (*)	(6.339)	(5.442)
	<u>701.101</u>	<u>476.838</u>
Circulante	73.350	60.280
Não circulante	627.751	416.558

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	476.838	474.041
Adições	247.456	-
Encargos financeiros	55.167	69.679
Pagamento do principal	(30.293)	(19.156)
Pagamento de juros	(48.067)	(47.726)
Saldo no fim do exercício	<u>701.101</u>	<u>476.838</u>

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;

Notas Explicativas

- (iii) 3a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4a série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Patrimônio Líquido / Passivo Total superior à 20%, (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20x e (iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado dos últimos 12 meses inferior a 4x. Os índices devem ser calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras emissora.

Os índices medidos em 31 de dezembro de 2017 foram: i) 33,95%, ii) 1,21x e iii) 3,78x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2a emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-	53.194	(1.334)	51.860
2019	71.917	(1.602)	70.315	69.926	(1.080)	68.846
2020	91.170	(1.345)	89.825	88.646	(885)	87.761
2021	118.408	(932)	117.476	115.129	(583)	114.546
2022	80.140	(273)	79.867	79.308	(151)	79.157
2023 a 2026	270.497	(229)	270.268	14.389	(1)	14.388
	632.132	(4.381)	627.751	420.592	(4.034)	416.558

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.674)	88.826	IPCA + 8,25% a.a.	14,42% a.a.
2ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.674)	88.826	IPCA + 8,25% a.a.	14,61% a.a.
3ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.674)	88.826	IPCA + 8,25% a.a.	14,54% a.a.
4ª série – 1ª emissão	15/01/11	92.500	(3.674)	88.826	IPCA + 8,25% a.a.	14,44% a.a.
1ª série – 2ª emissão	14/07/17	100.000	(206)	99.794	105,0% CDI	7,28% a.a.
2ª série – 2ª emissão	14/12/17	70.000	(144)	69.856	105,5% CDI	7,25% a.a.
3ª série – 2ª emissão	14/12/17	40.000	(82)	39.918	105,5% CDI	7,25% a.a.
4ª série – 2ª emissão	14/12/17	40.000	(82)	39.918	105,5% CDI	7,25% a.a.
		620.000	(15.210)	604.790		

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado		
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante e não Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	2.242	-	18.864	9.790
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	133.627	-	-	13.635
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	780	120	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	8.958	1.041	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7	-	7	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	16	-	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia e obras (e)	Outras partes relacionadas	-	83.978	2.580	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017		23	93.716	139.617	-	18.864	23.425
Total em 31 de dezembro de 2016		15	14.748	160.230	-	13.491	21.807

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$55.510, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$2.242 em 31 de dezembro de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$133.627 (R\$122.037 em 31 de dezembro de 2016), atualizado por 100% do CDI, acrescido de 1,2% a.a. e com vencimento em 31 de março de 2025.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$46.067. O prazo para execução desses serviços foi setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$20.943. O saldo em aberto de R\$1.161, de serviços já incorridos, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$117.912. O prazo para execução dos serviços é 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$6.223. Os saldos em aberto a pagar R\$2.580 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O saldo refere-se a troca de moedas entre a Companhia e a Ecopátio Cubatão.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.376.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.483, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock*).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	790	902
Plano de opção com base em ações	33	63
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	276	125
Seguro de vida	2	-
Assistência saúde	90	-
Previdência privada	51	49
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	241	-
	<u>1.483</u>	<u>1.139</u>

15. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,02% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção	40.290	8.480	-	-	48.770
Efeito de valor presente sobre a constituição	(12.042)	(1.632)	-	-	(13.674)
Realização da manutenção	(11.723)	-	(5.973)	-	(17.696)
Ajuste a valor presente - realizações	6.400	-	-	2.696	9.096
	22.925	6.848	(5.973)	2.696	26.496
Circulante	4.579				9.517
Não circulante	18.346				16.979

	31/12/2015	Adição	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	31.906	8.384	-	-	40.290
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(2.525)	-	-	(12.042)
Realização da manutenção	(6.553)	-	(5.170)	-	(11.723)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	-	2.284	6.400
	19.952	5.859	(5.170)	2.284	22.925
Circulante	1.439				4.579
Não circulante	18.513				18.346

16. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	6.681	-	-	6.681
Circulante	6.681			6.681

Notas Explicativas

	<u>31/12/2015</u>	Baixa	Efeito financeiro	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>6.681</u>	-	-	<u>6.681</u>
 Circulante	 6.681			 6.681

17. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas variáveis	412	380

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	380	360
Custo (vide Nota Explicativa nº 21)	4.380	4.022
Pagamentos	(4.348)	(4.002)
Saldo no fim do exercício	<u>412</u>	<u>380</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Natureza dos custos:		
Melhorias na infraestrutura	63.522	66.274
Conservação especial (manutenção)	385.860	404.445
Equipamentos	225.203	220.238
	<u>674.585</u>	<u>690.957</u>

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Companhia por parte da Artesp, cujo valor adicional é de

Notas Explicativas

R\$284 milhões, dos quais R\$221 milhões já realizados em 2017 e R\$63 milhões a serem realizados nos próximos anos. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual o qual será pleiteado no âmbito judicial.

18. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.031	1.204	2.235
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	280	518	798
(-) Pagamentos	(348)	(164)	(512)
(+) Atualização monetária	(9)	296	287
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>954</u>	<u>1.854</u>	<u>2.808</u>

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	322	(4)	318
(-) Pagamentos	(81)	(239)	(320)
(+) Atualização monetária	318	125	443
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.031</u>	<u>1.204</u>	<u>2.235</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$28.907 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$6.535 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R\$475.780, representado por 475.779.687 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

Notas Explicativas

(R\$428.139 em 31 de dezembro de 2016 representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 12 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$13.000, representado por 13.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de R\$441.139, totalmente subscrito e integralizado, representado por 441.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de R\$461.139, totalmente subscrito e integralizado, representado por 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$14.641, mediante a capitalização da conta orçamento de capital, representado por 14.640.511 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de R\$475.780, totalmente subscrito e integralizado, representado por 475.779.687 ações ordinárias, nominativas e sem valor comercial.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$7.124 (R\$5.416 em 31 de dezembro de 2016).

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2017 é de R\$49.801 (R\$56.534 em 31 de dezembro de 2016).

A Assembléia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017, deliberou pela reversão dos dividendos adicionais propostos pela Administração da Companhia no valor de R\$7.908 e sua constituição a título de reserva de retenção de lucros para orçamento de capital.

Em 26 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pelo aumento de capital da Companhia, pela capitalização de R\$14.641 da reserva de retenção de lucros para orçamento de capital, conforme prevê a Lei 6.404/76 (vide nota explicativa 19.a)

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$8.703, refere-se a: R\$7.101 juros sobre o capital próprios remanescentes do exercício de 2016, aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017 e R\$1.602 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2017 (dos R\$10.676 contabilizados), remanescendo um saldo de R\$9.074, calculados conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	34.171	22.134
Absorção prejuízos acumulados	-	(5.016)
	<u>34.171</u>	<u>17.118</u>
Reserva legal (5%)	(1.708)	(856)
Base de cálculo dos dividendos	<u>32.463</u>	<u>16.262</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	10.676	8.354
Orçamento de capital	-	7.908
Dividendos adicionais propostos (*)	21.787	-

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração da Companhia irá propor para a Assembleia Geral Ordinária a constituição de R\$21.773 como dividendos adicionais propostos.

20. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	113.932	103.409
Pedágio por equipamento eletrônico	157.913	145.646
Vale-pedágio	6.819	5.710
	278.664	254.765
Receita de construção (c)	195.503	115.904
Receitas acessórias (b)	13.328	13.358
Receita bruta	487.495	384.027
Deduções da receita bruta	(27.009)	(23.121)
Receita líquida	460.486	360.906
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	278.664	254.765
Receitas acessórias	13.328	13.358
	291.992	268.123
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(8.759)	(8.044)
PIS (0,65%)	(1.898)	(1.743)
ISS (2% a 5%)	(14.532)	(13.334)
Abatimentos	(1.820)	-
	(27.009)	(23.121)

21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	23.087	21.012
Conservação e manutenção	7.224	7.286
Serviços de terceiros (*)	40.196	36.665
Seguros	1.508	1.726
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	4.380	4.022
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	6.848	5.859
Custo de construção de obras	195.503	115.904
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e 10)	52.437	31.954
Locação de imóveis e máquinas	1.827	1.877
Outros custos e despesas operacionais	6.100	7.404
	339.110	233.709
<u>Classificados como:</u>		
Custo dos serviços prestados	319.549	214.594
Despesas gerais e administrativas	19.561	19.115
	339.110	233.709

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.384	10.535
Variação monetária sobre créditos fiscais	792	2.889
Variação monetária sobre debêntures	2.175	-
Juros capitalizados	4.929	815
Outras	22	24
	<u>16.302</u>	<u>14.263</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(36.767)	(39.143)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.327)	(17.274)
Juros sobre debêntures privadas	(4.271)	-
Variação monetária sobre debêntures	(14.657)	(29.158)
Amortização de custos das debêntures	(1.647)	(1.378)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2.352)	(4.562)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.696)	(2.284)
Juros sobre contrato de mútuo	(13.635)	(16.438)
Outros	(1.298)	(1.741)
	<u>(91.650)</u>	<u>(111.978)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(75.348)</u>	<u>(97.715)</u>

23. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	34.171	22.134
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	455.474	386.973
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,08</u>	<u>0,06</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	853.122	659.534
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(170.082)	(69.746)
Dívida líquida	683.040	589.788
Patrimônio líquido (ii)	554.972	498.444
Índice de endividamento líquido	1,23	1,18

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13 e 17.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (94,4% em 31 de dezembro de 2016).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	5.353	5.353
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	16.295	16.295
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	164.729	164.729
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.997	12.997
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	190.362	190.362
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	662.348	662.348
Obrigações com o poder concedente (iii)	Outros passivos financeiros	412	412
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Outros passivos financeiros	324	324

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

Notas Explicativas

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$13.568 (R\$14.364 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	37.648	35.211	32.868	39.208
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.220	6.818	6.433	19.655
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	109.860	104.446	120.339	257.283
Debêntures	105,0% CDI	11.316	8.100	8.618	147.521
Debêntures	105,5% CDI	11.283	11.794	12.552	227.722

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa de CDI	5.696	4.272	2.848
Debêntures (b)	Alta do CDI	(22.361)	(26.872)	(31.387)
Debêntures (c)	Alta do IPCA	(55.332)	(56.143)	(56.959)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(2.485)	(3.107)	(3.728)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(8.954)	(11.192)	(13.431)
Juros a incorrer, líquidos		(83.436)	(93.042)	(102.657)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
CDI (b)	6,80%	8,50%	10,20%
IPCA (c)	3,86%	4,83%	5,79%
TJLP (d)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 10 e 17.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 14.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Jeancarlo Mezzomo

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Jeancarlo Mezzomo

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores